

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

BRITO, Luís Manuel Cerqueira de. *Luís Manuel Cerqueira de Brito (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010. 16 p.

Luis Manuel Cerqueira de Brito
(depoimento, 2008)

Nome do entrevistado: Luís Manuel Cerqueira de Brito

Local da entrevista: Maputo – Moçambique (Instituto de Estudos Sociais e Econômicos)

Data da entrevista: 12 de agosto de 2008

Nome do projeto: Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa

Entrevistador: Guilherme Mussane

Câmera: Guilherme Mussane

Transcrição: Maria Izabel Cruz Bitar

Data da transcrição: 29 de dezembro de 2008

Conferência de fidelidade: Carlos Subuhana

** O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Luis Manuel Cerqueira de Brito em 12/08/2008. As partes destacadas em vermelho correspondem aos trechos excluídos da edição disponibilizada no portal CPDOC. A consulta à gravação integral da entrevista pode ser feita na sala de consulta do CPDOC.

Guilherme Mussane – Doutor, você estava a me dizer que houve circunstâncias, houve um momento em que as Ciências Sociais estavam, por assim dizer, na moda e todo mundo... É isso?

Luis de Brito – Não, não. Não era exatamente isso que eu estava a dizer. O que eu estava a dizer é que, no princípio dos anos 70, quando eu estava a concluir o ensino secundário, eu estava orientado para fazer um curso de Direito. Mas, naquela altura, não havia curso de Direito em Moçambique, por razões que se podem discutir e penso que estão relacionados com o sistema colonial. O único curso mais próximo, digamos, nesta área, era o curso de História e por isso eu fui fazer o curso de História, e é assim que eu chego às Ciências Sociais.

G.M. – E isso acontece em 1976?

L.B. – Não, não. Isso acontece em 1971 ou 72.

G.M. – Em 76, inicia a sua carreira de docente.

L.B. – Em 76, eu inicio a minha carreira de docente na universidade, no Centro de Estudos Africanos, que tinha sido criado naquele momento, exatamente.

G.M. – Essa deslocação da História para o Direito não foi um pouco complicada?

L.B. – Não foi da História para o Direito.

G.M. – Do Direito para História.

L.B. – Bom, não foi complicado porque Direito, eu não tinha feito. Eu tinha feito a linha, no secundário, que dava a orientação para o Direito, mas que servia também para História. Na altura, a única diferença era que aqueles que iam seguir História normalmente tinham uma disciplina de grego e os que iam seguir Direito tinham a disciplina de alemão, mas todo o resto

Transcrição

era comum, por isso o acesso era automático. Por conseguinte, eu fiz História como formação de base. E nessa altura, como não havia outras formações na área de Ciências Sociais e houve a decisão de se criar o Centro de Estudos Africanos, dentro, na altura, do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, que tinha sido ligado à universidade, tinha sido colocado na dependência do reitor da universidade no momento da independência, então... Bom, era um instituto que praticamente já não tinha investigadores – tinham partido todos para Portugal – e houve este processo de recrutamento de jovens moçambicanos na altura. Então, a equipe inicial foi recrutada a partir do curso de História.

G.M. – E qual é a diferença dessa área do Instituto de Investigação para o Centro de Estudos Africanos? É diferença de temática? Ou esse processo político de passagem do colonialismo para a independência? O que vai diferenciar afinal?

L.B. – O Instituto de Investigação Científica de Moçambique era um dos institutos de investigação que existiam na colônia de Moçambique. Havia dois outros: um era o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, ou Agronômica, era assim que se chamava, que era dedicado às questões de agricultura, evidentemente, e havia um Instituto de Investigação Veterinária também. O Instituto de Investigação Científica era mais geral, tinha [inaudível] no domínio das Ciências da Terra, tinha um pequeno grupo de Antropologia, portanto, era um pouco mais indefinido em termos de pesquisa. Só que, com a independência, ficou vazio de investigadores. Os investigadores eram todos portugueses, partiram e ficou a infra-estrutura praticamente, que foi colocada na dependência da universidade, ao contrário dos outros dois, que foram colocados na dependência dos ministérios... aliás, do Ministério da Agricultura. Então, dentro desse instituto, foram criados, em 76, vários centros de investigação: um deles era o Centro de Estudos Africanos, um outro era o Centro de Estudos de Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais, um outro era o Centro de Estudos de Comunicação e, finalmente, o último era o Centro de Ecologia.

G.M. – Nessa altura há dois nomes que são muito badalados no Centro de Estudos Africanos, que é A Ruth First e o Aquino de Bragança. Você já estava lá nessa altura?

L.B. – O Aquino de Bragança foi nomeado... é o primeiro diretor do Centro de Estudos Africanos. O grupo que criou o Centro de Estudos Africanos foi liderado por ele. A decisão foi tomada pelo reitor na altura, o Fernando Ganhão, mas foi o Aquino de Bragança que foi nomeado o diretor. Portanto, ele faz parte da equipe... É o fundador do Centro de Estudos Africanos. A Ruth First vem para ser mais tarde. Nos fins, eu penso, de 1976, ela fez uma viagem aqui a Moçambique... Bom, ela estava, na altura, a ensinar na Inglaterra e tinha contatos, evidentemente, com membros da Frelimo etc., e é dentro desse âmbito que ela visita Moçambique e tem os primeiros contatos com o reitor, a universidade e o Aquino de Bragança, e ela se prontifica, mostra o seu interesse em vir para Maputo e, em 77, vem pela primeira vez a Maputo e fica, durante um ano, a dirigir um projeto de investigação. Portanto, ela chega um ano depois. Depois ainda voltou, durante 78, para concluir o seu contrato na Inglaterra, e depois, nos fins de 78, penso, ou princípio de 79, ela volta e fica no Centro de Estudos Africanos até o seu assassinato.

G.M. – Sim. E o dr. Brito faz parte das pessoas que vão assegurar a educação depois da fuga de inúmeras pessoas coloniais. Como era o sistema de ensino nessa altura? O que vocês encontraram em 76, quando começa a lecionar?

Transcrição

L.B. – Bom, eu, antes de lecionar, em 76... Aliás, em 76, eu não lecionei, eu estava só na investigação, mas eu tinha, em 75, já lecionado, no então Liceu Antônio Enes, pela primeira vez. Bom, a situação era essa, que havia muitos poucos professores e, por conseguinte, se começou um processo de recrutamento de jovens, que muitas vezes não tinham acabado ainda os cursos, para ocuparem aquelas vagas que tinham ficado abertas. Isto por um lado. Por outro lado, uma das características que é preciso recordar em relação àquela época é que a maior parte dos estudantes, nos níveis mais elevados do secundário e particularmente na universidade, eram estudantes brancos, os filhos dos colonos, não é? Por que isto? Porque, se recorda, a abolição do regime do Indigenato é de 61, 61 ou 62. E, portanto, é a partir daí que a maioria da população passa a ter pelo menos o direito teórico de entrar nas escolas – porque até aí eram reservadas para os brancos. Então, se fizeres as contas, são quatro classes de ensino primário mais sete, na altura, para concluir o secundário, são onze anos. Por isso que só lá pelos anos 70 é que começam a aparecer os primeiros negros nos níveis mais elevados do ensino secundário – tirando as exceções, aqueles que eram filhos de assimilados etc., que já estavam no sistema. Mas era um pequeno número. Portanto, a característica era essa, que, por um lado, tínhamos uma massa de moçambicanos a chegar aos níveis mais elevados do secundário e a baterem às portas da universidade e, ao mesmo tempo, uma grande falta de professores.

G.M. – Então, é uma situação similar ao que se passa hoje: muitos estudantes e poucos professores.

L.B. – Sim, de certa forma. De certa forma, o sistema tem crescido mais na base do que no topo, portanto, há um desequilíbrio grande.

G.M. – E depois o doutor faz... tem a primeira graduação universitária, aqui no Centro de Estudos Africanos, na Universidade Eduardo Mondlane com o bacharelado. Como era esse bacharelato]?

L.B. – Não, o bacharelado é de História. É antes. É dentro da Universidade Eduardo Mondlane [UEM]. No Centro de Estudos Africanos, depois, eu estive na situação em que, simultaneamente, era investigador e fiz um curso, que foi organizado dentro do Centro de Estudos Africanos, que é um curso de Desenvolvimento, com outras pessoas que vinham de outras faculdades e de fora da universidade, mas tive o diploma de Estudos de Desenvolvimento fazendo, simultaneamente, pesquisa.

G.M. – Quais são os colegas de que se lembra, nesse grupo que faz a graduação, desses que são diplomados em Desenvolvimento nessa altura?

L.B. – Nessa altura, éramos talvez uns vinte. Eu lembro-me que, da Faculdade de Letras, nesse primeiro curso... Porque houve vários cursos depois, mas, nesse primeiro curso, participou o Carlos Serra, por exemplo, e acho que algum da Faculdade de Letras. A maior parte dos outros colegas era dos ministérios etc. [Inaudível] os primeiros nomes todos, mas, digamos, é do pessoal que está ainda na universidade.

G.M. – E mais tarde, em 92, vai fazer um doutorado em Paris VIII.

L.B. – Exato.

Transcrição

G.M. – Parece que, nessa altura, já não faz Direito, entra para a Antropologia.

L.B. – Bom, esse é o percurso normal. Porque, finalmente, a partir do momento em que entrei na carreira da investigação de fato, já não era uma questão de especialização disciplinar, particularmente depois de ter feito aquele diploma de Estudos de Desenvolvimento, que são estudos muito disciplinares. Por isso, digamos, nós nos definíamos, já naquela altura, como cientistas sociais – nem como historiadores, nem como sociólogos, nem como politólogos; éramos cientistas sociais. Para além do mais, porque havia uma abordagem comum do ponto de vista teórico. Naquela época, todos mais ou menos nos movimentávamos dentro do âmbito do marxismo, portanto, mais uma razão para não insistir sobre especializações, mas com uma abordagem que é do tipo marxista que é multidisciplinar, e portanto, como cientistas sociais. Essa era a definição, pelo menos das pessoas que trabalhavam no Centro de Estudos Africanos.

G.M. – E quando vai para Paris e faz... Quer dizer, essa inclinação para as temáticas antropológicas nasce aqui ou é no período já quando decide que tem que fazer doutorado?

L.B. – Não, foi um processo normal. Eu parti para fazer o doutoramento em Paris não pela especialidade que aparece no título do doutoramento, que é Antropologia e Sociologia do Político. Não era tanto a questão das disciplinas, mas era a questão do tema. De fato, a minha tese de doutoramento, aquilo que eu queria fazer era uma análise sobre a construção do Estado nacional de Moçambique, portanto, independente. Portanto, é mais pela vertente do político do que da Antropologia ou da Sociologia, mas sempre dentro desta perspectiva de uma análise multidisciplinar. Eu não fui fazer uma formação em Antropologia especificamente. Mas, bom, como os doutoramentos têm especialidades etc., o indivíduo tem que entrar em alguma casa, não é? E é só por isso.

G.M. – Em Paris, há alguma referência especial em termos de docentes, em termos de conhecimentos que teve durante a formação do doutorado?

L.B. – De uma certa maneira, sim. Bom, eu fui fazer o doutoramento já em uma fase bastante tardia, já com bastantes anos de trabalho de investigação ali no Centro de Estudos Africanos, e é preciso dizer que, durante esses primeiros anos, o Centro de Estudos Africanos reunia não só gente como a Ruth First, mas muitos outros estrangeiros que estavam a trabalhar em Moçambique e que participavam no processo de investigação do Centro e, em geral, todos tinham uma formação de tipo marxista, uma perspectiva marxista, mas não exatamente aquele marxismo do leste, aquilo que era conhecido pelo neomarxismo ou marxismo ocidental, em diferentes correntes. E dentro dessas abordagens havia, nomeadamente, o da corrente francesa da Antropologia Económica, que é representada pelo Claude Meillassoux, o Pierre-Philippe Rey etc., que desenvolveu muito a temática da articulação dos modos de produção, que era extremamente útil a análise da relação entre a instituição [inaudível] capitalista e o funcionamento das sociedades africanas. Portanto, é dentro desse mundo intelectual que a gente desenvolve a pesquisa, já no Centro de Estudos Africanos, e há contatos com essas pessoas: houve uma série desses professores que estiveram em Moçambique a fazer seminários etc. E, por conseguinte, logicamente, eu fui fazer o doutoramento dentro de uma escola onde estavam esses professores e, por acaso, o meu diretor de tese foi o Pierre-Philippe Rey, que é uma das figuras do que se chamava Antropologia Económica, dentro dessas abordagens neomarxistas.

Transcrição

G.M. – E outra coisa relevante do dr. Brito é a criação da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais [Ufics]. Como é que surge essa história? Como é que de um período onde há um curso de... há um Departamento de Antropologia que está fora, há um curso de História na Faculdade de Letras e depois se decide começar aqui com uma Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais?

L.B. – Ok. Eu vou explicar o que se passou do meu ponto de vista e aquilo que eu conheço diretamente por ter vivido, mas vou começar por referir-me a um antecedente. O curso de História, como eu disse, era praticamente o único curso de Ciências Sociais. Havia um curso de Linguística e um curso de Geografia, mas o curso de Ciências Sociais por excelência era o curso de História. Lá para 78, penso, houve uma tentativa de criar um curso de Sociologia. Na altura, o reitor Fernando Ganhão pediu a um professor, que era o Adolfo Casal, para preparar uma proposta de currículo para um curso de Sociologia. O que chegou a ser feito. A proposta chegou a ser elaborada, mas, que eu saiba, não chegou sequer a ser discutida. Porque como havia muito poucos estudantes nos cursos universitários, praticamente a Faculdade de Letras ficou fechada e passaram, portanto, só a lecionar cursos de formação de professores durante alguns anos e os cursos de bacharelado fecharam. Então, por um lado, se queria abrir um curso de Sociologia, mas, por outro lado, não havia um potencial de estudantes para frequentar, portanto, aquilo ficou parado e acabou ficando esquecido. Esses são os antecedentes mais remotos, quer dizer, que o Fernando Ganhão já tinha a idéia de introduzir um curso de Sociologia. Entretanto, bom, as coisas passam-se, eu saí, estive fora alguns anos, fiz o doutoramento e regresssei em 1992, e quando eu cheguei, em 92, era reitor o Narciso Matos. Nessa altura, eu estava em licença ilimitada e pôs-se a hipótese de eu voltar para a universidade. Bom, e aí a questão era: voltar para a universidade para fazer o quê? E eu soube que havia uma comissão que estava a trabalhar sobre a possibilidade de se abrir formação na área de Ciências Sociais. Uma comissão em que estava o Fernando Ganhão e mais uma série de pessoas – eu lembro que estava o Sérgio Vieira, o Manuel de Araújo, a Fátima Mendonça, a Emília Morais... Provavelmente, eu estou esquecendo uma ou outra pessoa. Era uma comissão que estava a trabalhar já, aparentemente, há um ano ou dois para criar alguma coisa na área de Ciências Sociais. Então, o meu regresso à universidade foi exatamente nessas condições, e eu fiquei como o único que estava o tempo inteiro dedicado a essa tarefa da criação de qualquer coisa de ensino na área de Ciências Sociais, o que, evidentemente, permitiu que se acelerasse o passo, na medida em todos aqueles membros da comissão eram professores que estavam já a dar aulas em diferentes faculdades etc., portanto, a ocupação na comissão era *part-time*, não é? Fazia-se uma reunião, discutia-se um bocado e passava-se. Portanto, o processo era muito lento. Quando eu cheguei e fiquei em tempo inteiro foi mais fácil, porque eu pude avançar com uma proposta rapidamente. E, bom, a comissão foi discutindo, até que se tomou a decisão de criar a Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.

G.M. – Com um tronco comum de Ciências Sociais...

L.B. – A idéia de base era que este curso deveria estar adaptado aos novos tempos, porque nós continuávamos a funcionar com um esquema universitário bastante antiquado. Portanto, devia reintroduzir o nível de bacharelado, que tinha desaparecido da universidade, e depois, a partir de de um tronco comum, ter orientações para diferentes licenciaturas. Isto também para permitir que os ingressos fossem mais numerosos. Porque o que se estava a ver naquela altura é que os ingressos eram de vinte, trinta estudantes para cada curso, e se reparar, o primeiro curso do Ufics abre logo com setenta e cinco estudantes, e o plano era para chegar a ingressos a mais de

Transcrição

cento e vinte, cento e cinquenta estudantes ao final de um tempo. Portanto, passariam de um tronco comum, depois iriam alimentar diferentes licenciaturas. Porque a questão é que você não pode abrir uma licenciatura para dois, três estudantes, e criar uma licenciatura de A a Z também é muito custoso. Então, havia um compromisso entre a economia e a massificação, se assim se pode dizer, do ensino – porque nós falamos em massificação, em Moçambique, em centenas de estudantes, mas, de fato, nas grandes universidades, isso corresponde a milhares de estudantes etc. Mas a nossa dimensão já era um passo no sentido de resolver o problema, de alargar o ingresso dos cursos da universidade e, ao mesmo tempo, garantir qualidade e diversidade na formação.

G.M. – Há um texto interessante sobre o objetivo das Ciências Sociais em Moçambique, escrito por Fernando Ganhão, nos *Cadernos* do CEA em uma publicação do Centro de Estudos Africanos, onde se encerra no marxismo. Então, essa Unidade já está a responder de uma forma democrática em termos de paradigma e tudo...

L.B. – Sim. Não, não há uma relação direta entre uma coisa e a outra. Há, como disse, desde os anos 70, penso que foi em 78, aquela idéia de criar alguma coisa em Sociologia. Esse texto do Fernando Ganhão foi apresentado em uma conferência que foi organizada pelo Centro de Estudos Africanos com a Unesco e, nessa altura, essa conferência deveria consagrar a decisão da criação de um novo Instituto de Ciências Sociais, patrocinado pela Unesco, em Moçambique, que não se sabia bem se seria de pesquisa ou de ensino também, mas havia a idéia de criar um instituto da Unesco, em Moçambique, na área de Ciências Sociais. Tinha alguns problemas porque já existia o Centro de Estudos Africanos. E é nesse contexto que o Fernando Ganhão faz a sua comunicação nesse seminário que, aliás, foi o seminário no fim do qual a Ruth First foi morta. Foi exatamente na segunda-feira seguinte. O seminário acabou numa sexta-feira e, na segunda-feira, ela foi assassinada por bomba. Portanto, foi nesse ambiente... Claro, naquela altura, estamos em 82, naquela altura, evidentemente, o paradigma dominante era o marxismo.

G.M. – E a Ufics nasce já em uma outra fase.

L.B. – A Ufics nasce já em uma outra fase da História completamente diferente. Como eu digo, a discussão começa em 92 e o Ufics vai abrir em 95, portanto, já mesmo depois das primeiras eleições multipartidárias. De qualquer maneira, a discussão já tinha lugar no quadro de um país que já tinha feito a transição para o multipartidarismo. Noventa e dois é o ano do Acordo Geral de Paz de Roma.

G.M. – Como o dr. Brito vê esse contingente de estudantes que começa a se formar nessa Unidade de Formação em Ciências Sociais? Hoje, comparando a sua geração com esse grupo novo.

L.B. – São dois ambientes completamente diferentes. Eu vivi uma educação colonial, como pode imaginar, e ali estávamos em perfeita independência já. Nem sequer era o ensino dos anos imediatamente após a independência. Era uma geração que parte dos estudantes tinha feito todo o ensino no Moçambique independente, depois de 75, e portanto, todas as referências são completamente diferentes. Porque até 75 a educação era colonial. Estudar aqui em Moçambique ou estudar em Portugal era praticamente a mesma coisa: o currículo era o mesmo, as referências culturais eram as mesmas etc. **Agora, essas novas formações em Ciências Sociais já não têm nada a ver com isso. Claro, estão articuladas com...** Não há uma Ciência Social moçambicana

Transcrição

especificamente, os fundamentos são universais, mas o ambiente etc. é completamente diferente... Virado para a realidade moçambicana.

G.M. – Além de lecionar e de fazer investigação, o dr. Brito tem uma farta produção intelectual, sobretudo ligada aos processos políticos que se seguiram depois da instalação do multipartidarismo. Qual tem sido o seu objeto de trabalho para além das eleições?

L.B. – Bom, a questão começa bastante cedo, na medida em que os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Centro de Estudos Africanos, sobretudo a partir de 77... Porque, em 76, nós fizemos um pequeno projeto coletivo que tratava da questão do Zimbábue, particularmente a questão da terra, que nós chamamos “A questão zimbabueana”, “A questão rodesiana”. Bom, havia a grande questão da terra; havia questão que se punha na altura, da luta pela independência etc. Esse que é o primeiro estudo, a primeira pesquisa do Centro de Estudos Africanos, é sobre o Zimbábue. Mas, em 77, com a Ruth First, inicia-se um novo ciclo de pesquisa que vai muito mais na direção de problemáticas de economia política, da relação da economia moçambicana com a economia da região, particularmente com a África do Sul, mas também todo o processo de estratégias que, internamente, se estavam a tentar desenvolver para garantir o desenvolvimento econômico do país, mas sempre com este problema da articulação econômica e da dependência enorme que existia entre Moçambique e a África do Sul. Portanto, durante uns anos, nós trabalhamos em questões de desenvolvimento e na perspectiva de economia política. Paralelamente a isso, eu comecei a fazer algum trabalho sobre a história da Frelimo, interessado pela história da Frelimo. Então, quando eu vou fazer o doutoramento, com o objetivo de analisar o processo de formação do Estado nacional, esta parte mais política começa a tornar-se mais interessante, e também era a menos conhecida. E eu também desenvolvi uma leitura do processo da luta pela independência, das contradições internas no seio da Frelimo etc., uma leitura sobre o papel que o marxismo tinha tido no processo que levou à independência, e tirei algumas conclusões. Logicamente, mantive um interesse por esses temas, e o que é que se verificou? Em 94, com as eleições, que já se vinha anunciando de certa forma... Eu lembro-me que, logo em 92, um dos primeiros trabalhos que eu fiz foi um levantamento sobre os partidos políticos. Havia a Frelimo, que conhecíamos, havia a Renamo, que era também muito conhecida, porque enfrentou a guerra contra a Frelimo, e havia uma série de pequenos partidos que se tinham constituído à luz da nova Constituição de 90. E então, uma das coisas mais interessantes de observar era que... Bom, por um lado, eu tinha visto que, na história da Frelimo, havia uma convergência entre dois pólos, uma espécie de aliança entre a uma elite do sul, que era essencialmente intelectual, e o grupo maconde, que vai fornecer, nos primeiros anos da guerra pela independência, o grosso das tropas da Frelimo. Inicialmente, o exército da Frelimo é, essencialmente, constituído por macondes. É o núcleo principal. Então, esses dois focos são extremamente importantes na história da Frelimo. E se formos ver todo aquele conflito das picuinhas etc., passa muito por um conflito com indivíduos que são oriundos de elites das regiões centrais do país. Quer dizer, isso tem a ver um pouco com a história: as pessoas não se conheciam bem, tinham trajetórias diferentes etc. Havia grandes desconfianças e houve, naquele processo da radicalização para o marxismo, contradições graves que levaram ao afastamento de uma boa parte dos dirigentes que eram oriundos dessas zonas centrais do país. Ora, o que acontece quando se olha para a Renamo? Vê-se que a liderança da Renamo, o pólo principal é justamente da região central do país. Então, aí já havia uma coisa curiosa. A outra coisa curiosa é em relação aos restantes partidos que se tinham constituído: todos os seus dirigentes eram naturais do Save para cima, portanto, o que dava a idéia de que havia um sentimento maior, a partir daquela zona, de não-representação nas forças que tinham sido

Transcrição

dominantes até aí. E, de fato, depois, analisando os resultados das eleições, e essa é um pouco a minha tese, vai se confirmar esta leitura, quando se vê que a Frelimo vai obter votações na ordem de noventa e tal por cento em toda a província de Gaza em geral. Nas três províncias do sul: um pouco menos em Inhambane, mas em Gaza e Maputo a votação normalmente é à volta de noventa a noventa e tal por cento. E lá em Cabo Delgado, a zona para o norte, dos macondes, também é o foco. Portanto, aquilo que historicamente tinha sido detectado como focos do movimento vão ser também as zonas hegemônicas em termos eleitorais. E, para o Renamo, se verifica que as zonas centrais, todo aquele coração do país que se estende pela Zambézia até Nampula é que vai ser a zona forte de implantação. Agora, os pequenos partidos não vingaram e a maior parte deles acabou por se alinhar com a Renamo, em um união eleitoral que fizeram para... Até hoje continua a desenvolver um pouco aquilo que é a leitura iniciada nesse processo de construção do Estado nacional, do Estado independente.

G.M. – E o dr. Brito também esteve ligado ao Eisa [Electoral Institute of Southern Africa] de Moçambique.

L.B. – Sim. Isso foi depois da crise que tivemos na universidade, dentro da Ufics, em que eu de novo voltei a ficar em licença ilimitada. Bom, eu tinha um interesse, estava a trabalhar sobre eleições, e coincidiu que, naquela altura, o Instituto Eleitoral da África Austral, que é o Eisa, ia abrir uma representação em Moçambique, uma outra em Angola e uma outra na República Democrática do Congo. Portanto, houve um concurso e eu decidi concorrer e fiquei aqui em Maputo. De fato, tinham me convidado para ir para Angola, mas eu não quis sair daqui.

G.M. – Dr. Brito, interessa a esse grupo de pesquisadores perceber na sua pessoa a sua leitura sobre o grande problema da chamada crise do Ufics. O que houve de fato no Ufics?

L.B. – Essa é uma longa história e é um pouco surrealista. Dizendo muito rapidamente, o que houve na base foi um conflito de pessoas: entre uma senhora que estava na reitoria na altura, no Gabinete de Relações Públicas, e a diretora da Ufics na altura, a dra. Terezinha Silva. Desse conflito, que tem a ver com uma tentativa de desvio de fundos por parte dessa senhora da reitoria, que foi denunciada pela dra. Terezinha Silva, a partir daí, criou uma hostilidade com relação ao Ufics. Porque, se recorda, a crise é desencadeada pela demissão da dra. Terezinha Silva, que não foi bem-aceita pelos docentes porque não se compreendia porque ela era demitida. Mas ela foi demitida porque essa outra senhora tinha uma grande influência no então reitor, o dr. Mazula. Então, foi um processo um pouco irracional que se foi radicalizando, depois teve uma deriva, teve um grande impacto midiático – porque havia o assessor de imprensa, de comunicação do reitor, que era o Juarez da Maia, que tinha sido um dos criadores do Instituto de Comunicação Social, portanto, conhecia a maior parte dos jornalistas moçambicanos etc., etc. e houve uma série de manobras, a tal ponto que o conflito apareceu como um conflito dos brancos com os pretos.

G.M. – Sim. E também há uma outra leitura que se faz, de que é a saída da escola portuguesa para a entrada da escola brasileira.

L.B. – Não, não é a saída da escola portuguesa porque a Ufics não tem nada, absolutamente, de comum com a universidade portuguesa e é muito mais próxima, em termos de modelo, do modelo que é dominante na SADC [Comunidade para o desenvolvimento da África Austral] e nos

Transcrição

países anglo-saxônicos etc. Aliás, agora a universidade está em um processo justamente de revisão curricular, para adaptar. Porque havia acordos, portanto, instituição de sistema de créditos e também organização do ensino superior nas linhas da SADCC. Portanto, a Ufics não era nada de modelo português e também não passou a ser brasileiro, de maneira nenhuma. É verdade que há alguns jovens que estavam na Ufics que vêm do Brasil, que tinham feito a formação no Brasil. Mas uma coisa não tem a ver com a outra, não. Foi um conflito, como eu disse, que surgiu de uma questão praticamente pessoal e que depois extravasou. Mas um dia se saberá bem da história.

G.M. – Outra coisa, dr. Brito, é o seguinte: há uma geração sua de investigadores ou de cientistas sociais que têm uma linha clara de trabalho, mas na geração que é produto da vossa já não há um trabalho de produção científica, sobretudo naquilo que é publicações. Quando olho para si, para o Carlos Serra, para o Issufo Adam, olho para o José Negrão têm uma produção razoável, as linhas temáticas com as quais vem trabalhando, que é difícil notar nas gerações mais recentes. O que se passa?

L.B. – Eu diria que há vários fatores. O primeiro é que o contexto é completamente diferente. Nós tivemos uma situação privilegiada: nós não tínhamos problema de salários etc., vivíamos... Bom, vivíamos modestamente, mas vivíamos convencidos, estávamos a fazer a revolução etc. As condições eram difíceis, mas, por exemplo, não era difícil a pessoa casar-se e ter casa. A pessoa vivia do seu salário. Hoje, a situação é completamente diferente. Este é um fator louco que faz a diferença. Se você hoje fica na universidade com o salário universitário, se quer casar, tem que pensar duas vezes; se quer alugar uma casa, tem que pensar vinte vezes, ou seja, é obrigado a fazer atividades extras – normalmente, consultorias, pequenos trabalhos, ou dar aula em mais de três universidades privadas etc., etc. –, portanto, as energias que nós podíamos consagrar à tarefa de ensinar e pesquisar, hoje, em geral, os jovens não têm a mesma oportunidade. Eu penso que isso faz uma diferença enorme. Porque as pessoas têm que sobreviver e, logicamente, vão mais facilmente fazer consultorias, que são bem pagas, do que ficar com um salário que lhes permite sobreviver em condições muito difíceis e ficar a fazer pesquisas. Alguns fazem, mas com grandes sacrifícios. Portanto, é normal que seja mais difícil. Isto por um lado. Por outro lado, nós nos beneficiamos, como eu disse, no Centro de Estudos Africanos, da presença de gente como a Ruth First e outros que vieram de fora que tinham já experiência de pesquisa, da organização da pesquisa. Por conseguinte, nós aprendemos, nesse contexto daquelas equipes coletivas, com pessoas já muito experientes. Hoje, os jovens não têm muitas chances de trabalhar com as pessoas mais experientes. Não só têm aquelas dificuldades, porque têm que andar à procura da sua sobrevivência, como não têm muitas oportunidades, porque os próprios, dentro da minha geração, os próprios mais velhos, que hoje poderiam talvez transmitir os aspectos práticos da profissão da pesquisa, estão muito ocupados, também eles próprios, com consultorias. Então, eu penso que isso justifica que a maior parte dos jovens faça e produza até o nível do doutoramento, mas porque é uma pesquisa que é para a formação. Mas imediatamente depois ou do mestrado ou do doutoramento, dependendo dos casos, vão começar a fazer consultorias e, evidentemente, em geral isso não dá para publicar. Então, eu penso que é uma das formas de ver o processo.

G.M. – Como é que o dr. Brito vê as Ciências Sociais hoje? As Ciências Sociais de Moçambique hoje.

Transcrição

L.B. – Bom, é exatamente neste contexto, a linha dominante é a consultoria, e a consultoria significa, em geral, que você já tem termos de referência muito delimitados. Significa, por exemplo, que o investigador hoje está a trabalhar sobre um assunto e amanhã vai trabalhar sobre um assunto completamente diferente. Portanto, não há um processo de acumulação do conhecimento. Você sabe um bocadinho, superficialmente, de um assunto, depois, no mês seguinte, está a fazer uma consultoria sobre outra coisa e vai saber, superficialmente, mais um bocadinho sobre outra coisa. Não há um processo de acumulação. E, normalmente, a pesquisa deve permitir que o indivíduo acumule conhecimento numa área relativamente restrita. Então, as Ciências Sociais, hoje, estão a sofrer muito dessa dispersão do peso das consultorias. São muito poucas as pessoas que conseguem ter uma atividade sistemática de pesquisa. E daí que tem havido este pequeno grupo que criou, fora da universidade, este instituto, por exemplo, o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, onde estamos a tentar, de alguma maneira, fazer aquilo que foi feito no Centro de Estudos Africanos. Temos dois ou três investigadores *seniores*, antigos, e temos uma série de jovens que estão conosco e que esperamos que tenham esta oportunidade pelo menos, de poderem desenvolver as suas capacidades em termos de investigação em um ambiente de investigação e não de consultoria.

G.M. – E o dr. Brito, que já está há muito tempo ligado ao ensino superior, o que acha das Ciências Sociais na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP]?

L.B. – Digamos que a questão principal, para mim... É uma discussão bastante difícil. Eu me referi, quando nós tivemos a idéia de criar a Ufics naquele modelo com bacharelado, um dos objetivos era alargar o recrutamento de estudantes, portanto, aumentar o número de ingressos de estudantes no curso. Portanto, o objetivo de alargar o ensino superior em geral e também nas Ciências Sociais parece que é um objetivo que é fundamental. Agora, as condições para se fazer isso, aí já é uma questão diferente, porque o que me parece é que se está a tentar correr muito depressa, e correr muito depressa, o risco é tropeçar e cair. Ou seja, há um ritmo de reprodução que pode ser alargada, que deve ser alargada, mas que é condicionado pela disponibilidade... Se você tem dez professores, o seu crescimento vai ser condicionado pelo número dez. Se tem cem, a situação é diferente, pode crescer em um ritmo muito mais rápido. Então, o que me parece é que aqui, em geral, o ensino... Aqui, se abriam muitas universidades. E quem são os professores dessas universidades? Já tínhamos visto, há dez universidades privadas, sobretudo em Maputo, e os professores das universidades são os professores da UEM [Universidade Eduardo Mondlane] ou da UP [Universidade Pedagógica], que eram as duas que existiam, que vão dar mais umas aulas. Mas, bom, isto não aumenta a qualidade, mas aumenta a dispersão. Reduz a qualidade do trabalho desses professores, porque andam a correr de um lado para outro e não têm tempo para fazer investigação. E o ensino superior é um ensino que normalmente deve ser alimentado pela investigação. Portanto, deixou de ter a investigação para alimentar o próprio ensino superior e o ensino superior transforma-se numa espécie de escola secundária. E está a se reproduzir este modelo a grande velocidade, com extensão para fora de Maputo etc., o que corresponde, no meu entender, mais a uma necessidade política do que a uma capacidade real de oferecer um bom ensino. Mas esta é uma discussão que não é fácil, porque a questão não é de bloquear completamente o crescimento do sistema, mas é tentar ver se é possível controlar o crescimento em termos de uma qualidade mínima, porque senão o risco é enorme de formar pessoas que de fato não têm as qualificações para assegurar a profissão para a qual têm um título. Então, aí pode ser grave, não é?

Transcrição

G.M. – **Mas** eu estava a querer saber do dr. Brito sobre se acha que há uma comunidade de cientistas sociais nos países da CPLP.

L.B. – Não penso. Há algumas iniciativas, há algumas ligações. Aqueles congressos lusófonos brasileiros têm contribuído para isso. Não há redes profundamente institucionalizadas; há alguns contatos. Digamos que, em relação a 75, foram feitos grandes passos, mas ainda está longe de ser uma situação ideal, com uma circulação muito maior de investigadores etc. O que acontece é que, mesmo nos países mais desenvolvidos – nomeadamente, neste caso, Portugal e Brasil –, não é muito fácil arranjar dinheiro para pesquisa, por exemplo. Porque você vê que não há muitos brasileiros ou portugueses que tenham acesso a fundos para vir fazer pesquisas nos países africanos, e também não há muito dinheiro para os africanos circularem para os outros países, a não ser, com um certo limite, em termos de bolsas de estudo para Portugal e Brasil, principalmente para o Brasil. Portanto, existe um embrião, mas ainda está muito longe de ser aquilo que poderia ser. Não há um debate, por exemplo, sobre um tema que, normalmente, envolva académicos do conjunto dos países para tratar problemáticas que mereceriam um debate transversal. Não há muito. Mas há bons congressos; há aquela revista, de iniciativa francesa aliás, a *Lusotopie*, que também acolhe... Nesse caso, ela é um pouco mais larga que a CPLP, porque inclui espaços como Goa etc., e tudo que foi o antigo império português, mas também é um fórum **onde se cruzam pessoas**, onde se publica muito material. Mas realmente, institucionalmente, não há tantas redes, por exemplo, de pesquisadores com projetos comuns. Eu penso que há muito pouco.

G.M. – **Sim**. Para além do território de pesquisa do dr. Brito, além das questões eleitorais, também há uma passagem por aquilo que se pode chamar a sociologia do crime. Ainda continua a trabalhar nisso?

L.B. – Não, não. Justamente eu lhe dizia há pouco que a consultoria leva a que as pessoas passem por áreas muito diferentes, temas muito diferentes e de uma forma superficial. E justamente o trabalho que aparece aí publicado tem a ver com uma atividade de consultoria que eu fiz. Só que eu tive o privilégio de fazer várias consultorias nessa área e, portanto, foi possível tirar, também, algum interesse académico do assunto. Mas normalmente não seria. Nem era um grande interesse de pesquisa nem atualmente eu trabalho sobre o assunto, embora seja um dos raros trabalhos que está publicado sobre o assunto, que merecia muita investigação de fato. Mas é justamente uma ilustração da dispersão que a consultoria pode provocar.

G.M. – Dr. Brito, o que gostaria de acrescentar mais à nossa conversa, além de tudo que falamos da sua experiência, de suas atividades académicas, de investigação, no total das Ciências Sociais?

L.B. – O que eu diria e disse durante vários anos aos jovens que estavam a começar... nos primeiros anos da Ufics, enquanto eu estive ali, eu insistia muito para que eles criassem uma associação, e não há, até hoje, uma associação de cientistas sociais. Pelo menos uma associação dos antigos estudantes de Ciências Sociais, justamente para favorecer o intercâmbio, o desenvolvimento das redes etc. E eu penso que esse é um dos pontos fracos que nós temos, que é a dispersão. Você está em um lado, trabalha sozinho, isoladamente, não sabe o que os outros estão a fazer, não sabe o que está a ser feito talvez em Nampula, mas, eventualmente, há um seu colega que está lá e que está a fazer coisas. Então, está a se perder muito porque não há esta comunidade mínima. E como nós não temos capacidade de produzir revistas, boletins etc., a

Transcrição

informação não circula. E eu insistia muito nessa dimensão de criar uma associação que pudesse reunir as pessoas e criar esse campo de circulação de idéias e de informação. Eu penso que isso é uma falha enorme.

G.M. – Sim. Por exemplo, o Brasil tem a ABA, que é Associação Brasileira de Antropologia, tem a Associação Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira dos Cientistas Políticos, e aí, em cada uma dessas associações, há congressos, há uma série de temáticas em pesquisas que circula, há revistas, mas a situação econômica é outra, não é?

L.B. – É outra. Mas é preciso começar por esse mínimo, que é uma organização de base. Pelo menos tentar organizar um coletivo que tem interesses comuns, que tem uma experiência comum e que tem uma atividade que é comum. Bom, não é obrigatório que uma associação tenha que organizar um congresso logo, mas circular a informação – hoje, com e-mail etc. – é muito útil. Mesmo dentro daquela atividade que as pessoas estão a fazer, prioritariamente às vezes, que é a de consultoria. Para fazer uma boa consultoria é preciso saber o que está produzido sobre o assunto etc., e ter com quem se pode contatar e perguntar e saber etc. Ajuda, faz ganhar tempo etc. Mas, não, nós estamos numa situação extremamente individualista e individualizada, em que cada um está no seu canto e, às vezes, a fazer coisas que já estão feitas, a gastar energias que poderiam ser acumuladas para nós chegarmos a níveis mais altos de organização, de eficiência e de produção. Hoje, por exemplo, não há nenhuma revista a ser publicada, no campo das Ciências Sociais, em Moçambique.

G.M. – Pena que as publicações do Centro de Estudos Africanos acabaram.

L.B. – O Centro de Estudos Africanos, a revista *Estudos moçambicanos* parou há muitos anos já. Já tinha parado há muitos anos e depois houve um ou dois números dispersos, mas agora, há muitos anos que está parada. A revista que entretanto tinha surgido no Arquivo [Histórico de Moçambique], que também era uma boa revista de Ciências Sociais, a revista *Arquivo*, também durou uns anos e depois acabou, e não há outra. Não há uma revista de Ciências Sociais em Moçambique, por exemplo.

G.M. – Ok, dr. Brito. Muito obrigado por essa conversa e até a próxima.

L.B. – Bom, eu espero que seja útil.

G.M. – Há de ser.

L.B. – Não nos alongamos sobre a crise do Ufics, mas aí é outro...

G.M. – É outro assunto.

L.B. – É outro assunto.

[FINAL DO DEPOIMENTO]